



N° 1, janeiro 2014

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

A relação Estado e sociedade no Governo Lula à luz da trajetória republicana brasileira.

PONTO DE VISTA, Nº 1, janeiro 2014
ISSN 1983-733X.

Tiago Augusto da Silva Ventura¹

1. Introdução.

O presente trabalho se insere no conjunto de reflexões intelectuais e acadêmicas com objetivo de interpretar os significados da experiência do Partido dos Trabalhadores a frente da Presidência da República a partir de 2003.

O foco proposto é analisar os principais contornos da relação Estado/sociedade desse período, tomando como base a trajetória republicana brasileira, e quais suas implicações para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Diversos trabalhos, publicados recentemente, têm se dedicado a compreender essas novas dinâmicas. Maria Celina D'Araujo (2009) em trabalho intitulado *As elites dirigentes do Governo Lula* se propõe a investigar os laços associativos e trajetórias políticas dos principais cargos políticos do executivo federal a partir de 2003.

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalho apresentado na II Jornada de Ciências Sociais da Universidade de Juiz de Fora. E-mail: tiago.ventura@iesp.uerj.br.

Nesta investigação, a autora apontará a forte presença de sindicalizados nas elites dirigentes do Governo Lula, tanto como consequência da chegada de uma frente de esquerda ao poder central quanto como resultado da forte capilaridade do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no serviço público (D'Araujo, 2009: 78).

Analisando dados relativos à ocupação dos ministérios a partir do período da redemocratização, o estudo apontará uma composição fortemente vinculada ao patronato por parte dos governos Collor e FHC 1 e 2, enquanto a composição ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula detém composição mais identificada com os trabalhadores e militantes sociais (D'Araujo, 2009: 78)².

Em outra produção no âmbito da relação estado e sociedade, Maria Aparecida Chaves Jardim (2009) irá empreender investigação no sentido de compreender dinâmica dos fundos de pensão e sua ocupação por sindicalistas a partir do Governo Lula.

Em síntese, a autora advogará que a gestão petista tem como marca a “domesticação” ou “moralização” do capitalismo, a partir da inclusão de sindicalistas nos postos-chaves do mercado financeiro, sobretudo nos fundos de pensão. Assim, a mudança das elites dirigentes promovida a partir da chegada de Lula à Presidência permite que “a lógica do ‘lucro pelo lucro’(...) [seja] (res)significada pelo discurso do ‘lucro com responsabilidade social, ética e justiça social’”. (Jardim, 2009: 125)

Além das mudanças apresentadas pelas autoras na composição do Estado, a literatura acadêmica destaca como marca das administrações petistas experiências de gestão inovadoras na relação com a sociedade (Avritzer, 2009). Ao chegar no poder executivo federal, o principal instrumento utilizado pela experiência petista foi a potencialização das Conferências Nacionais de Políticas Públicas.

Em diversos estudos, a pesquisadora Thamy Pogrebinschi (2012a, 2012b e Santos e Pogrebinschi, 2011) destaca o papel das conferências na construção de um novo modelo de gestão e relação entre os atores sociais e Estado. Por meio dele, se estaria diante de um processo de aperfeiçoamento da democracia brasileira, por meio do fortalecimento das instituições representativas, da nacionalização da participação extraeleitoral e da vocalização direta de demandas sociais de setores marginalizados historicamente diante dos poderes estatais. (POGREBINSCHI, 2012c:97)

2 Cf. dados disponíveis na tabela 8, 9 e 10 do presente estudo.

Em amplo trabalho de investigação do impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas, Pogrebinski e Santos (2011) afirmam que se presencia um processo de aproximação das relações entre Estado e sociedade civil. Agrega-se mais qualidade à democracia brasileira ao concretizar a participação de novos agentes da sociedade civil de forma mais direta e menos mediada por instrumentos tradicionais de expressão de preferências políticas.

Em síntese, as pesquisas acima apontam novidades na dinâmica entre estado e sociedade a partir da vitória de Lula em 2002. Seja pela inclusão de minorias e setores com fortes laços associativos nas elites dirigentes ou pela conformação de uma nova dinâmica de gestão, presenciaram-se novidades a serem pesquisadas e discutidas em sua capacidade de agregar qualidade ao sistema democrático brasileiro.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar tais novidades à luz da trajetória institucional da relação estado/sociedade no Brasil. Em um primeiro momento, serão analisados os contornos liberais da Constituição de 1891. Em seguida, buscar-se-á recuperar parte da extensa literatura sobre a construção do corporativismo no Brasil. Na terceira parte, serão apresentadas as inovações do período pós-constituente de 88 e os impactos das políticas pro-mercado na década de 90.

2. O liberalismo da Primeira República.

O ordenamento social nascente na República brasileira ao fim do século XIX não trazia alterações profundas às condições de sociabilidade moldadas ao longo do império (Cardoso, 2010).

O mundo agrário organizava-se a partir de dois pilares. De um lado, a vedação de nacionais pobres em adquirir a posse da terra, a partir de Lei de Terras de 1850, limitando estruturalmente suas condições de inserção social. Tal realidade, aliada ao passado escravista, impunha a manutenção de precárias condições de vida no campo.

Do outro lado, o ordenamento político organizado pelas elites agrárias exportadoras sustentava-se com base no mandonismo local e no coronelismo: conjugação entre ação do estado sobre domínio dos interesses privados locais e dominação das classes subalternas (Leal, 1948).

Por outro lado, como afirma Cardoso (2010), o mundo urbano gerava postos de trabalho insuficiente ao fluxo elevado de imigrantes nacionais e estrangeiros, expondo todos à severidade de mercados de trabalho que ofereciam pouca e más condições de ocupação. Nas palavras do autor: “Na verdade, por muito tempo ainda, o mercado de trabalho urbano, forma capitalista por

excelência de distribuição de recursos e posições sociais, não funcionaria como elemento organizador da inscrição social de proporção expressiva dos nacionais”. (CARDOSO, 2010:147)

Wanderley Guilherme dos Santos (1979) irá definir o período que vai da abolição do trabalho escravo, em 1888, até 1931 - período de repetidas defesas de Vargas da necessidade do Estado intervir na vida econômica - como a tentativa de organizar a vida econômica e social do país segundo princípios liberais ortodoxos.

Santos (1979) aponta duas ressalvas a esta assertiva. Por um lado, a ortodoxia liberal ficou limitada às questões urbanas, permanecendo intocável a estruturação desigual das relações sociais no agrário brasileiro; por outro, no princípio da década de 20, inicia-se a produção de leis sociais, como por exemplo a lei Eloy Chaves, tensionando o sentido estrito do liberalismo então prevalecente. Afirma o autor: “Pode-se considerar que a hegemonia ideológica do laissez-faire teve vida curta no Brasil, restrita a área urbana, entre 1888 e 1931, no que concerne à economia, e vulnerada a partir de 1923 no que diz respeito às relações sociais” (SANTOS, 1979:72).

Em sua obra *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Werneck Vianna (1999) apontará que a produção de leis trabalhistas não constituiria algo perigoso ao liberalismo brasileiro desde que não atingisse as relações de produção do mundo agrário, em sentido similar ao apontado por Santos.

Em síntese, para o autor, o liberalismo brasileiro fora concebido como uma construção concreta, baseada nos interesses das elites dirigentes agrário-exportadoras, materializada na carta constitucional de 1891, conjugando interesses da união com federalismo excludente e intervencionismo discricionário.

Mesmo diante de conquistas a partir da mobilização coletiva do operariado, como apresenta Vianna ao discutir o Decreto 1.637/1907, o cenário das relações estado/sociedade na formação do Brasil republicano terá como característica fundamental a criminalização e não reconhecimento da organização coletiva dos setores subalternos. A dinâmica era baseada na repressão indiscriminada com caráter de controle social puro e simples no mundo urbano e coronelismo no mundo rural. (Cardoso, 2010)

Assim, como afirma Cardoso (2010), a dinâmica repressiva generalizada aproximava a ação sindical das práticas enquadradas como crime e desordem. A ação coletiva do trabalhador brasileiro, ao longo da primeira república, ao vocalizar interesses coletivos na arena pública não conseguiu romper a ortodoxia liberal e a indiferença das elites republicanas aos destinos das classes subalternas (Cardoso, 2010:176). O foco das elites dirigentes era a manutenção da realidade do

campo e a não efetivação dos pequenos esgarçamentos operados na ordem liberal urbana, por exemplo, a lei de sindicatos de 1907 e a lei Eloy Chaves.

Como resultado fundamental, a construção republicana no Brasil retardou a formação das instituições e da política como local de mediação de interesses. O estado não era concebido pelas classes subalternas como espaço de articulação e arena de participação política.

O plano da participação política é um dos exemplos cruciais da dinâmica estabelecida entre estado/sociedade na Primeira República. Para ter direito a voto era preciso ter mais de 21 anos e ser alfabetizado. Não votavam mendigos, praças, os religiosos sujeitos a voto de obediência e os estrangeiros.

Apesar de não haverem dados detalhados sobre o comparecimento eleitoral neste período, Jairo Nicolau aponta os seguintes números para as eleições presidenciais tendo como base a população total: 1910(3%), 1914(5%), 1918(1,5%), 1919(1,5%), 1922(4%), 1926(2%) e 1930(5%). Ou seja, a média de participação eleitoral fora de aproximadamente 3% da população brasileira (Nicolau, 2012).

Um elemento importante trazido por Nicolau (2012) é a comparação com os cidadãos que podiam se alistar eleitoralmente. Com base nos Censos realizados em 1900 e 1920, a taxa de alfabetização manteve-se estável em torno de 35%. Um exemplo trabalhado pelo autor é a cidade do Rio de Janeiro, onde era possível se alistarem 163 mil homens, e o fizeram somente 20 mil, ou seja, apenas 16% dos homens alistáveis se inscreveram eleitoralmente.

Os baixos índices de comparecimento eleitoral aliado aos dados diminutos de inscrição eleitoral são uma face da ausência de legitimidade do Estado diante dos nacionais. Como aponta o autor, *“os indivíduos que não fossem vinculados a determinados grupos políticos não se sentiam motivados a coletar seus documentos e requisitar a inscrição como eleitor”* (Nicolau, 2012: 61).

O Estado, portanto, não aparecia aos nacionais como espaço de construção do público, da vontade geral da população. Era visto como um espaço de reprodução de interesses das oligarquias, sobretudo as exportadoras. Essa era a tônica das relações estado/sociedade ao longo da Primeira República no Brasil.

3. A construção do corporativismo no Brasil.

A ênfase da constituição do Estado ao longo de toda a Primeira República se deu a partir da indução da economia cafeeira e na repressão a ação coletiva dos setores subalternos. A revolução de 30 será fruto dos conflitos intraoligárquicos entre elites exportadoras, beneficiadas pelo federalismo excludente da Primeira República, e oligarquias não exportadoras em aliança com

novos atores sociais nascentes do período de urbanização brasileira, entre eles, camadas médias urbanas, burguesia industrial e juventude militar.

Neste contexto, presencia-se a consolidação do papel do Estado, sobretudo do poder executivo, como elemento fundamental na construção das instituições republicanas no país a partir de um modelo de desenvolvimento centrado na indústria, no setor urbano e na forte presença estatal.

Como aponta Boschi (2010), a presença estatal será a marca do desenvolvimentismo brasileiro inaugurado na década de 30, até as reformas neoliberais operadas a partir da década de 90 no Brasil.

Nesta conjuntura de consolidação e fortalecimento do Estado a partir da Revolução de 30, duas dinâmicas moldaram a sua relação com os agentes sociais: a consolidação de direitos a partir da lógica da profissionalização, conceituada por Santos (1979) como cidadania regulada, e a criação de estruturas corporativas de mediação e representação de interesses.

O conceito de cidadania regulada é fundamental para a compreensão do projeto varguista de inclusão política e social. Por mais que houvesse, como fruto da luta sindical, políticas sociais aprovadas ao longo da primeira república, é a ideia de *cidadania regulada* que irá efetivamente incluir a questão social como elemento chave na construção do Estado.

Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

“Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei”. (Santos, 1979)

Neste contexto, a cidadania consistia no conjunto de direitos associados a determinada profissão regulamentada pelo Estado, ao invés de estar associada ao conjunto de valores identificados ao pertencimento a comunidade política.

Cardoso (2010) ao trabalhar o conceito de cidadania regulada para a compreensão da formação do mundo do trabalho no Brasil destaca que o pertencimento à cidadania era um momento efêmero, poroso, que aparecia como factível aos nacionais que se qualificassem para ingressar nas profissões regulamentadas pelo Estado. Dessa forma, por um lado, estabelecia-se um

continuum entre incluídos e excluídos, ou entre cidadãos e pré-cidadãos; por outro, era factível ao excluído acessar a cidadania disposta pelo Estado.

Diferente da Primeira República onde a luta por direitos esbarrava no liberalismo da carta constitucional de 1891, a dinâmica da *cidadania regulada* legitimava a reivindicação por direitos na qual o Estado passa a aparecer como arena da expressão dessa disputa.

A segunda face da relação Estado/sociedade na era desenvolvimentista é a construção de estruturas corporativas como instrumento de representação e mediação de interesses dos atores sociais que surgem naquele contexto político.

Segundo Boschi e Diniz (1991), a tradição corporativa deve ser compreendida como instituições montadas a partir da intermediação de interesses com base em um ordenamento hierárquico de grupos ou categorias funcionais, baseado em critérios de filiação ou contribuição compulsória, bem como no monopólio da representação e dirigidos fundamentalmente à burocracia estatal.

Ainda segundo os autores, no caso brasileiro, o corporativismo teve alguns marcos específicos. Coincidiu com o fechamento crescente do sistema político, culminando na eliminação dos partidos e do congresso em 1937; foi introduzido a partir de uma política deliberada das elites ocupantes do Estado com intuito de inserir novos atores sociais, desarticulando suas antigas associações, tanto no plano do empresariado, quanto no plano dos trabalhadores e serviu como lócus para a formação da identidade coletiva destes atores.

Esse processo de formação do corporativismo no Brasil é uma *démarche* importante quando se toma como referência a construção de estruturas corporativas na Europa. Nesta última, para além de estabelecer uma dinâmica de diálogo diferenciado com os setores sociais que será tratada a seguir, sua construção parte da chegada dos partidos socialistas e socialdemocratas aos governos. Ou seja, sua formação se dá de baixo para cima, a partir da reivindicação e organização dos setores ligados ao mundo do trabalho.

Outro traço característico do corporativismo brasileiro mais importante é seu aspecto diferencial no que tange a relação com o empresariado e com o operariado. Na argumentação de Boschi (2010), construiu-se um modelo excludente de corporativismo no Brasil, denominado pela literatura como Bifronte ou Estatal, em contraposição ao modelo construído a partir das experiências sociais democratas na Europa, denominado de corporativismo societal.

Vanda Maria Ribeiro Costa (1999) segue argumentação semelhante à de Boschi (2010) para discutir a construção desigual do corporativismo no Brasil. A autora aponta que os sindicatos

passaram de organizações de defesa de interesse e luta para mecanismos de organização e controle das reivindicações das classes operárias, perdendo suas funções participatórias e políticas. Essa mudança se dá a partir de, por um lado, forte repressão do Estado e, por outro, da resistência do movimento sindical.

No sentido inverso, permitiram-se às associações patronais relações horizontais de diálogo, com inserção efetiva na condução das políticas estatais e permissividade de criação de organizações coletivas paralelas a estrutura oficial.

Em síntese, repressão e controle sobre o operariado e diálogo e inclusão na dinâmica estatal para o empresariado.

Os instrumentos coletivos de organização da classe operária reuniam as seguintes características: a) eram sindicatos e federações profissionais homogêneas, criadas pelo Estado; b) seu âmbito de organização era municipal; c) as arenas de acesso ao Estado se limitavam as burocracias do Ministério do Trabalho; d) a interação com Estado se dava de forma subordinada e hierarquizada, tendo como conteúdo reivindicações profissionais, sociais e trabalhistas.

As organizações patronais reuniam como características: a) organizavam-se a partir de sindicatos, federações e confederações setoriais, de formato heterogêneo, criadas pela própria classe e reconhecidas pelo Estado; b) O âmbito de atuação era estadual, regional e nacional; c) as arenas de acesso ao Estado se davam diretamente no Ministério do Trabalho e arenas locais e federais de médio e alto nível; c) a interação com o Estado se dava tanto de forma subordinada quanto de forma horizontal e paritária, com conteúdo de reivindicações político-econômicas, assessoramento, consulta e negociação (Costa, 1999: 181).

Em síntese, Costa (1999) aponta que se construiu no Brasil uma modalidade excludente de corporativismo. Na relação com o setor trabalho, imperou a subordinação e a imposição do Estado. Na relação com o empresariado, formou-se uma espécie de “corporativismo societal”, aos moldes do modelo Europeu, por meio do qual se combinou solução conjunta aos problemas de organização coletiva, interferência destes grupos de interesse, a partir da estrutura estatal, em benefício próprio, maior flexibilização organizacional e autonomia da classe patronal.

À guisa de conclusão, o período em questão é marcado pela inclusão do Estado como arena factível de disputa política em torno de direitos sociais pela classe subalterna a partir da noção de cidadania regulada. No entanto, a relação Estado/sociedade ainda era marcada pelas diferenças históricas de recursos sociais e políticos entre as classes, o que impunha sobre os trabalhadores uma ação tutelar e de controle organizacional por parte do ente estatal.

O Estado e a efetivação de direitos tornam-se factíveis às classes subalternas no Brasil. Rompe-se, portanto, o liberalismo ortodoxo da Primeira República no qual não se via o Estado como arena de representação de interesses. No entanto, constrói-se um modelo em que se replicam as desigualdades sociais básicas do país, no qual a relação com o empresariado é marcada pela apropriação do público sobre o privado, e na relação com as classes subalternas à ordem se alterna via égide repressiva.

4. A desconstrução do corporativismo.

A intermediação de interesses Estado/sociedade via estruturas corporativas persistiu hegemônica ao longo de todo o período desenvolvimentista no Brasil. Tais estruturas, mesmo que sofrendo alterações pontuais, mantiveram sua essência seja no período democrático de 45-64, quando serviu a formação da base sindical do PTB (Partido Trabalhista do Brasil) e funcionou ao lado das instituições tradicionais de representação, ou no período ditatorial de 64-85, no qual o polo estatal volta a se impor de forma decisiva sobre os atores sociais (Boschi e Diniz, 1989)

Boschi e Diniz (1989) irão apontar o processo de redemocratização do país como resultado do transbordamento dos limites institucionais definidos pelo Estado em sua trajetória desenvolvimentista de mediação das relações sociais. O descolamento da trajetória associativa do empresariado das estruturas oficiais, a retirada do seu apoio político ao regime militar e o surgimento de novos atores sindicais, cunhados de “novo sindicalismo”, são exemplos centrais da incapacidade do Estado de manter nas instituições tradicionais o diálogo com a sociedade civil. Como apontam os autores:

“Como decorrência da modernização econômica-social, a sociedade terminou por extravasar os limites institucionais definidos pelo Estado, por intermédio da formação de uma série de canais alternativos de participação e mecanismos adicionais de vocalização dos seus interesses. Não se trata apenas de mudanças de natureza quantitativa traduzidas na proliferação de grupos, mas do aumento dos graus de organização e de autonomia de uma série de segmentos, aí incluindo a classe trabalhadora.” (BOSCHI e DINIZ, 2004, 36-37)

O processo de redemocratização aliado a crise economia nacional e internacional dos anos 1980, colocou no centro o questionamento ao modelo desenvolvimentista brasileiro e a necessidade de se formular uma nova modalidade de inserção do país no sistema internacional. A proposta

“vencedora” consistiu no desmantelamento das estruturas que presidiram o desenvolvimento industrial brasileiro, na readequação da intervenção estatal e no fortalecimento do mercado global.

Dessa forma, a tônica das reformas da década de 90 foi a instauração de uma lógica restritiva quanto a atuação do Estado, em decorrência do imperativo da estabilização macroeconômica e dos ditames de inserção no mercado em tempos de globalização.

Boschi (2010) aponta a ação do Estado como sendo pautada por dois pilares ao longo deste período: abertura comercial e privatização. O primeiro atuando como mecanismo de modificação do capitalismo brasileiro e reestruturação da propriedade em vários setores por meio de um intenso processo de fusão e aquisição. O segundo consistiria em um amplo processo de aquisição do patrimônio público pelos circuitos globalizados do capital.

Outro elemento importante do período é a incapacidade de responder as demandas sociais. Em um cenário de universalização dos direitos sociais, consagrado na constituinte de 88, a lógica restritiva da ação estatal impede a efetividade dos direitos sociais recém-conquistados. (Kerstenetzky, 2012)

Em síntese, a redemocratização no Brasil marcada, inicialmente, pelo fortalecimento do polo societal e transbordamento dos atores sociais das instituições corporativas, termina por consagrar, na década de 90, como hegemônica, opções restritivas quanto à ação estatal, não efetivação de direitos garantidos na carta constitucional de 88, esvaziamento das estruturas corporativas de diálogo com o empresariado (Boschi e Diniz, 2004) e retirada do setor sindical do centro da arena de disputa política no país – traço forte da década de 1980 (Cardoso, 2003).

A partir da recuperação da trajetória da relação Estado/sociedade no Brasil, ressaltando a construção do corporativismo a partir de década de 30 e sua tentativa de desconstrução a partir da década de 90, é possível compreender com mais precisão quais os significados das mudanças operadas nos últimos anos a partir da chegada de um partido de esquerda na Presidência da República.

5. Conclusão.

O objetivo central do presente artigo é compreender os significados da relação Estado/sociedade a partir da chegada de um partido de esquerda à frente do poder central no Brasil.

A conclusão do presente trabalho apontará dois elementos: as reformas neoliberais implementadas na década de 90 não reuniram condições de superar o legado corporativo construído

ao longo do trajeto desenvolvimentista no Brasil. E para além disso, a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República repõe uma lógica mais igualitária de relação societal entre Estado, elites dirigentes e setores subalternos.

A permanência da matriz corporativa se dá a partir do retorno da ação Estatal na arena econômica. Nesse contexto, diversos instrumentos da tradição desenvolvimentista retomaram significados, por exemplo, a política de aumento do salário mínimo como elemento de ativação do mercado interno, o fortalecimento de agências e empresas estatais – BNDES, Banco do Brasil e Petrobras - a retomada de órgãos de diálogo com o setor privado empresarial como o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a manutenção da legislação trabalhista tanto no que tange a direitos quanto no que se refere a traços corporativos como o imposto sindical, a unicidade sindical e a área de atuação municipal e fragmentada do sindicato.

A segunda questão é a mais repleta de significados deste estudo. Seja ao longo do liberalismo ortodoxo da Primeira República, ou no período em que a tônica da relação Estado/sociedade se dava pelas estruturas corporativas ou ao longo dos anos neoliberais, as classes subalternas, ao final o operariado e no início os trabalhadores rurais, foram ou excluídos formalmente de constituírem uma relação dialógica com o público ou o fizeram de forma tutelada.

O rompimento desta trajetória é a principal questão inovadora trazida pela experiência petista à frente da presidência da república. As três vertentes apresentadas na primeira parte deste artigo deixam clara esta questão. A inclusão de setores tradicionalmente marginalizados nas elites dirigentes nacionais, a participação de sindicalistas na condução dos fundos de pensão e a dinâmica participativa trazida pelas Conferências Nacionais de Políticas Públicas capazes de permitir a inclusão de diferentes pautas dos mais variados atores no Estado são traços marcantes do estabelecimento de uma relação Estado/sociedade com traços mais igualitários.

As análises em questão apontam para um reajustamento da relação Estado/sociedade no Brasil com base no processo de democratização do público capaz de repor a relação com os setores historicamente alijados e/ou tutelados da dinâmica societal brasileira. Assim como a trajetória da Socialdemocracia na Europa (Bergounioux e Manin, 1989), a via eleitoral e a vitória de partidos de esquerda, como o PT no Brasil, têm funcionado como mecanismo de reparação das desigualdades na intermediação de interesses entre os diferentes atores e recursos sociais e o público.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

BERGOUNIOUX, Alain; MANIN, Bernard. *Le Régime Social-Democrate*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989

BOSCHI, Renato Raul. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora. 1991

_____. Corporativismo societal, a democratização do Estado e as bases social-democratas do capitalismo brasileiro. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 1-20, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003

COSTA, Vanda Ribeiro. *A Armadilha do Leviatã: A Construção do Corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Elite Dirigente do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2009

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. A Consolidação Democrática no Brasil: Atores Políticos, Processos Sociais e Intermediação de Interesses. In. DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. LESSA, Renato. *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ Vértice, 1989

_____. *Empresários, Interesses e Mercado, Dilemas do Desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. Domesticação e/ou Moralização do Capitalismo no Governo Lula: Inclusão Social Via Mercado e Via Fundos de Pensão. *Dados* (Rio de Janeiro), v. 52, p. 157-182, 2009.

KERSTENETZKY, C. L. *O estado do bem-estar social na idade da razão -- a reinvencão do estado social no mundo contemporâneo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012. 295p.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

POGREBINSCHI, Thamy. Participation as Representation: Democratic Policymaking in Brazil. In: CAMERON, Maxwell; HERSHBERG, Eric; SHARPE, Kenneth (eds.): *New Institutions for Participatory Democracy in Latin America: Voice and Consequence*. New York: Palgrave MacMillan. 2012a.

_____. Com a palavra a sociedade. *Insight Inteligência*. Volume 54, pp 90-99. 2012b.

_____. SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados*, v. 54, p. 21-47, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999